



TERRITÓRIOS INTEGRADOS NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY: APROPRIAÇÕES NO/DO ESPAÇO URBANO

EIXO TEMÁTICO: REGIMES DE VERACIDADE E HISTORICIDADE

FORNECK, Vanessa

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade de São Paulo
vanessaforneck@usp.br

ALVES, Manoel Rodrigues

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Universidade de São Paulo
mra@sc.usp.br

RESUMO

O entendimento de fronteira vai além de uma delimitação precisa que objetiva dividir porções de terras no espaço, uma vez que envolve áreas distintas que se tocam e que, consequentemente, são afetadas umas pelas outras. Os territórios de fronteira também apresentam zonas de indeterminação que podem representar a abertura para o desconhecido, ou ainda, se tornarem espaços que proporcionam a integração entre diferentes grupos sociais. Este trabalho busca explorar as apropriações dos espaços urbanos próximos à linha divisória das cidades de Rivera e Santana do Livramento, na fronteira Brasil-Uruguay, bem como as dinâmicas e as apropriações de costumes, hábitos e práticas que neles ocorrem, a fim de analisar as manifestações urbanas aliadas à formação e à consolidação do território. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico e adotou-se a Pedagogia da Viagem, identificando uma potente integração entre os países. Os espaços compartilhados junto à linha de fronteira e as medidas adotadas de modo integrado se refletem, por exemplo, nos comércios e nos serviços locais, representando uma forma de planejar e vivenciar a fronteira como um território único. A indissociação entre as comunidades expressa o vínculo criado ao longo da formação dessa fronteira, uma relação harmoniosa que se manifesta cotidianamente como símbolo de união e fraternidade.

PALAVRAS-CHAVE: fronteira Brasil-Uruguay; integração; apropriação; espaço urbano.

ABSTRACT

The understanding of a border goes beyond a precise delimitation that aims to divide portions of land in space, since it involves distinct areas that touch each other and are consequently affected by each other. Border territories also present zones of indeterminacy that can represent an opening to the unknown, or even become spaces that provide integration between different social groups. This paper seeks to explore the appropriation of urban spaces near the dividing line of the cities of Rivera and Santana do Livramento, on the Brazil-Uruguay border, as well as the dynamics and appropriation of customs, habits and practices that occur there, in order to analyze the urban manifestations allied to the formation and consolidation of the territory. To this end, a bibliographical survey was carried out and the Pedagogy of Travel was adopted, identifying a powerful integration between the countries. The spaces shared along the border and the measures adopted in an integrated manner are reflected, for example, in the local shops and services, representing a way of planning and experiencing the border as a single territory. The inseparability between the communities expresses the bond created over the formation of this border, a harmonious relationship that manifests itself on a daily basis as a symbol of unity and fraternity.

KEY-WORDS: *Brazil-Uruguay border; integration; appropriation; urban space.*

RESUMEN

La comprensión de una frontera va más allá de una demarcación precisa que pretende dividir porciones de tierra en el espacio, ya que implica zonas distintas que se tocan y, en consecuencia, se afectan mutuamente. Los territorios fronterizos también presentan zonas de indeterminación que pueden representar la apertura a lo desconocido, o incluso convertirse en espacios que propician la integración entre distintos grupos sociales. Este trabajo busca explorar la apropiación de espacios urbanos próximos a la línea divisoria de las ciudades de Rivera y Santana do Livramento, en la frontera Brasil-Uruguay, así como la dinámica y apropiación de costumbres, hábitos y prácticas que allí ocurren, con el fin de analizar manifestaciones urbanas aliadas a la formación y consolidación del territorio. Para ello, se realizó un relevamiento bibliográfico y se adoptó la Pedagogía del Viaje, identificando una fuerte integración entre los países. Los espacios compartidos a lo largo de la frontera y las medidas adoptadas de forma integrada se reflejan, por ejemplo, en los comercios y servicios locales, representando una forma de planificar y vivir la frontera como un único territorio. La inseparabilidad entre las comunidades expresa el vínculo creado a lo largo de la formación de la frontera, una relación armoniosa que se manifiesta a diario como símbolo de unidad y fraternidad.

PALABRAS CLAVE: *Frontera Brasil-Uruguay; integración; apropiación; espacio urbano.*

INTRODUÇÃO

Os territórios da fronteira Brasil-Uruguay¹ passaram por longos períodos de conflito e instabilidade até serem estabelecidos e reconhecidos os limites geográficos entre os países. A definição de limite se diferencia da definição de fronteira. Enquanto limite compreende um fato jurídico, fronteira se refere a um fato político (Potoko, 2013). As regiões de fronteira também podem ser entendidas como espaços de borda, pois se encontram à margem de um território. Arroyo (2007) entende que um espaço de borda, de certo modo, configura um limite, já que circunscreve um tipo de forma. Porém, além de criar uma certa estrutura, a borda também é um local de experimentação que permite a fluidez, aquilo que extrapola e transborda em um território (Fuão, 2019).

Analizar territórios de fronteira vai além de abordar conceitos ou definições que busquem delimitar um espaço geográfico, ou ainda, que pretendam indicar medidas a fim de regulamentar e controlar um determinado território. A fronteira é um espaço vivo que pressupõe dinâmica e movimento, onde podem ser identificadas apropriações diversas que, muitas vezes, não são evidenciadas quando o assunto trata sobre fronteira. A partir disso, surge o seguinte questionamento: Em que medida a potência dos espaços de fronteira pode revelar uma forma de manifestação urbana de integração e de reinterpretação de uma definição de fronteira baseada em limites rígidos nos espaços urbanos? Entende-se que essas manifestações podem compreender um conjunto de atividades, sejam elas práticas, sejam elas simbólicas, que caracterizam comportamentos e modos de ser de uma sociedade (Silva, 2021).

As cidades de Santana do Livramento e Rivera, na fronteira Brasil-Uruguay, ficaram marcadas pelo crescimento e pelo desenvolvimento urbano conjunto, em que a cooperação e o apoio

¹ Este trabalho faz parte da pesquisa de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa (Processo número 2022/09881-9).

mútuo entre os países favoreceram a integração entre os moradores de ambas cidades. Segundo Caggiani (1983), a construção e a consolidação da relação harmoniosa fizeram com que uma cidade se beneficiasse com o progresso da outra. Com isso, criaram-se vínculos que mesclaram os costumes e as tradições de brasileiros e uruguaios, estabelecendo novas formas de expressão de uma cultura fronteiriça.

Nesse sentido, investigaram-se diferentes práticas urbanas, por meio de levantamento bibliográfico e da Pedagogia da Viagem, com o intuito de compreender a potência dos espaços da fronteira no contexto contemporâneo. O objetivo deste trabalho é explorar as dinâmicas contíguas à linha divisória de Santana do Livramento e Rivera, visando analisar manifestações urbanas de integração aliadas ao processo de formação e consolidação dessa fronteira.

A criação de espaços públicos que promovem a integração entre brasileiros e uruguaios é uma forma de incentivar encontros e trocas entre os países, o que reforça a ideia da linha divisória como um espaço vivo de grande potencial, a fim de manter um diálogo aberto para futuras propostas de intervenção. Dessa maneira, evidenciam-se também as qualidades de cada território, bem como o fortalecimento das expressões culturais e as apropriações dos espaços urbanos comuns como um modo de ser fronteiriço.

DISPUTAS E ACORDOS NA FORMAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY

A palavra fronteira é facilmente associada a espaços de insegurança e instabilidade, muitas vezes por remeter a um território em disputa e guerra. A fronteira entre Brasil e Uruguai passou por momentos tumultuosos, sobretudo no período em que esses países foram colônias de Portugal e Espanha, entre os séculos XVI e XIX². A proximidade com o Rio da Prata era um atrativo para que outros países viessem ao continente atrás de riquezas e indígenas a serem escravizados. Diante dessa situação, a região se estabeleceu como um ponto de comércio informal entre a América do Sul e a Europa (Martins, 2001).

² Essa fronteira passou por diversos períodos de disputas territoriais a fim de estabelecer a divisão de terras. Destacam-se os seguintes tratados firmados na tentativa de obter uma trégua entre as partes envolvidas: Tratado de Tordesilhas (1494); Tratado de Madrid (1750); Tratado de El Pardo (1761); Tratado de Santo Ildefonso (1777) (Martins, 2001).

Décadas depois de declarada a Independência do Brasil, que ocorreu em 1822, e a Independência do Uruguai, reconhecida em 27 de agosto de 1828 junto com o fim da Guerra da Cisplatina (Potoko, 2013), firmou-se a delimitação dessa fronteira por meio do Tratado de 1851 e do Tratado de 1909. A partir deste último, inseriram-se também marcos no território, de acordo com o *status quo adquirido* (Struminski, 2015). A fronteira entre Brasil e Uruguai apresenta 1068,4 quilômetros de extensão, compreendendo fronteiras secas, conectadas por avenidas ou praças, e fronteiras molhadas, constituídas por rios, lagos ou canais (Pucci, 2010).

Para Pucci (2010), a fronteira pode ser entendida como uma área instável de transição entre dois poderes políticos. Martin (1998) reconhece a fronteira como uma zona de intercâmbio, onde podem ser vinculadas relações econômicas, culturais e sociais entre duas populações vizinhas. A fronteira não possui uma função estagnada, mas se dá a partir de movimentos que oscilam. Ora a fronteira pode avançar, ora pode recuar, à medida que as condições forem mais ou menos favoráveis para que essa movimentação ocorra.

Potoko (2013) afirma que se deve ter clareza da diferença entre limite e fronteira. A fronteira pode ser habitada e apresenta uma dinamicidade em seu território. Ela compreende um fato político, em que o território é algo a ser disputado. Já o limite não pode ser habitado, ele é um fato jurídico, decidido no papel de forma linear. A fronteira permite a adaptabilidade, é uma zona mesclada, onde podem ser percebidas diferenças e similaridades entre os países, e isso envolve, mais do que fatos concretos, valores e sentimentos marcados nesses espaços.

A fronteira Brasil-Uruguai ficou conhecida como um modelo a ser seguido, por ser entendida como uma fronteira aberta, densa e povoada, definição para a qual contribuíram as relações amistosas entre as cidades. Esse é o caso de Santana do Livramento e Rivera, que, devido à boa relação entre as cidades, ficou conhecida como a “Fronteira da Paz”. Mesmo com a assinatura de um tratado binacional, nunca foram estabelecidos limites políticos entre os países, para que se mantivesse a paz e não se criasse nenhum tipo de vantagem de um país em relação ao outro (Potoko, 2013).

As cidades de Santana do Livramento e Rivera, na fronteira Brasil-Uruguai

As cidades de Santana do Livramento e Rivera se localizam em uma região com topografia acidentada e são rodeadas por cerros. Santana do Livramento se localiza na região da Campanha do Rio Grande do Sul, a aproximadamente 500 quilômetros de Porto Alegre, capital do Estado. Rivera pertence à capital do departamento de mesmo nome e se localiza a cerca de 500 quilômetros da capital do país, Montevidéu. Essas cidades constituem uma conurbação binacional, com média de 160 mil habitantes vivendo de forma integrada (Bento, 2013).

As terras onde hoje se localiza Santana do Livramento eram habitadas por indígenas minuanos e charruas, povos que viviam perto das margens da Lagoa Mirim, da vertente do Rio Negro e no interior do Uruguai. No entanto, aos poucos os indígenas foram expulsos desse território, chegando a ser extermínados. O início do povoado se deu com a instalação do acampamento militar de Dom Diogo de Souza, em 1811. Em 1823 instalou-se a “Capela de Nossa Senhora do Livramento” e se iniciaram as doações de sesmarias. As terras eram doadas àqueles que atendiam aos pré-requisitos de chegar ao oficialato, ser alfabetizado e saber realizar operações matemáticas (Potoko, 2013).

No outro lado da linha, a consolidação do povoado de Rivera ocorreu como uma medida para conter o avanço brasileiro. O Parlamento do Uruguai fundou, entre 1853 e 1862, algumas colônias na fronteira para que se estabelecessem como parte da nação uruguaia e espalhassem o espanhol como a língua nacional. Em 1862, a localidade foi denominada *Pueblo de Ceballos*, em homenagem ao governador e vice-rei espanhol de Buenos Aires, Dom Pedro Ceballos. Em 26 de julho de 1867, um decreto estabeleceu o nome da cidade como Rivera, em homenagem ao Coronel Bernabé Rivera. O estabelecimento da vila também foi uma estratégia política e comercial, pois era um ponto importante de acesso das mercadorias do Uruguai ao Brasil (Potoko, 2013).

Em decorrência do crescimento espontâneo das cidades, as construções próximas à linha de fronteira seguidamente a ultrapassavam, estendendo-se ao país vizinho. Em 1920, definiram-se novos limites que levassem em consideração as edificações construídas em cada território. No ano de 1923, construiu-se a Praça Internacional, finalizada em 26 de fevereiro de 1943, em

uma região ainda pouco ocupada, com a intenção de proporcionar uma área recreativa e simbolizar a união entre os dois países (Figura 1) (Caggiani, 1983).

Figura 1: Implantação da Praça Internacional de Rivera e Santana do Livramento, na fronteira Brasil-Uruguai



Fonte: Acervo Museo del Patrimonio Regional de Rivera, Uruguay (1947)

A topografia característica de Santana do Livramento e Rivera contribuiu para delimitar a divisão dessa fronteira que, ao longo da linha, recebeu a inserção de marcos entre os dois territórios. A região central se destaca pelo grande fluxo de pessoas e pelas atividades ligadas ao comércio, em função de sua expressiva representatividade para o desenvolvimento urbano e econômico local. A pecuária também foi uma atividade marcante na região, principalmente entre o final do século XIX e início do século XX, contando com dois frigoríficos ingleses, o Armour do Brasil (1917) e o Wilson (1919), que contribuíram significativamente para o desenvolvimento das cidades (Miranda, 2000).

A instalação de um sistema ferroviário que conectou as duas cidades, em 1912, possibilitou que o Brasil transportasse com frequência mercadorias ao Uruguai e facilitou o deslocamento de pessoas que chegavam e saíam deste país pelo Porto de Montevidéu. Essa dinâmica entre as cidades beneficiou tanto Santana do Livramento quanto Rivera, pois uma se valeu do

crescimento da outra. O crescimento mútuo e a boa relação entre os países foram fatores importantes para fortalecer as relações interpessoais nessa fronteira.

ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO

A linha divisória da fronteira entre Santana do Livramento e Rivera se dá por meio de uma fronteira seca. Próximo do centro, existem trechos com canteiros ao longo da linha, onde podem ser identificadas atividades variadas, como, por exemplo, venda de produtos, bancas de alimentação, expositores com anúncios, etc. Foi justamente nessa região que se instalaram as primeiras residências e os primeiros estabelecimentos comerciais. Esse espaço também proporcionou um ponto de encontro entre os moradores das cidades vizinhas, uma vez que era uma zona com bastante movimento e com interações urbanas.

A linha de fronteira, por estar situada na extremidade do território, muitas vezes, pode ser entendida como uma zona de borda. O autor Julio Arroyo (2007) aponta que a ideia de borda, quando discutida na área da Arquitetura e Urbanismo, reflete não só uma ideia de extremidade, mas também um estado ou uma situação intermediária entre áreas adjacentes. Nesse sentido, a borda pode ser entendida como uma franja, um espaço que se pode experimentar. Refere-se a um território que diferencia a abertura ou o fechamento de um espaço e que dá lugar à experiência do atravessamento. Tanto os espaços de borda quanto os de atravessamento criam zonas de tensão que se complementam, já que se constituem a partir de uma experiência existencial dada pela produção da percepção dinâmica do trajeto (Arroyo, 2007).

O autor Fernando Fuão (2019) argumenta que tudo possui borda: pode ser um objeto, um corpo, um espaço. O entendimento de borda vai muito além de uma delimitação precisa ou limitada, pois as áreas de borda apresentam sempre uma dimensão relativa. Por exemplo, as bordas de cunho político que delimitam as fronteiras são utilizadas para estabelecer marcações mais precisas no território. Apesar disso, mesmo nos casos em que são definidos limites precisos, sempre se podem encontrar zonas de indefinição.

A borda se comporta como uma zona de transição, na qual uma coisa toca na outra. É o encontro entre diferentes partes, a costura que é feita entre diferentes elementos. A borda também permite o “trans-borda-mento”. Transbordar significa que algo excede, ultrapassa, foge do controle, extrapola e, com isso, permite que outros elementos sejam agrupados e que um novo encontro possa acontecer (Fuão, 2019). A linha de fronteira é esse espaço que faz fugir do habitual. Mais do que um limite que diferencia um país do outro, é um ponto de agregação no qual se criam vínculos entre os moradores. A fronteira é que faz a costura.

A palavra fronteira também pode se referir a um espaço urbano que promove o acolhimento daquele que vem de fora, daquele que busca abrigo e proteção. O urbano é o local que deve acolher o múltiplo e a diversidade que compõe nossa sociedade. Isso requer que esses espaços sejam participativos, possibilitando as manifestações da vida urbana e da memória coletiva. Os espaços pautados no coletivo podem envolver uma multiplicidade de espaços físicos, simbólicos e icônicos, que vão além de uma ordem cultural. No entanto, também é necessário que sejam oferecidos espaços aleatórios que permitam a fluidez, a indeterminação e a contestação, ou seja, espaços de alteridade. Nesse sentido, nas zonas de indeterminação, pode haver aberturas para lidar com o pluralismo e a diferença em nossa sociedade (Alves, 2007; 2014).

Quando pensamos nos espaços urbanos que compõem a fronteira Brasil-Uruguai, há de se considerar que as cidades de Santana do Livramento e Rivera possuem planos de desenvolvimento urbano propostos de forma independente e de forma conjunta. Nos dois casos, ocorrem iniciativas com o objetivo de incentivar a integração binacional, embora haja divergências administrativas que devam ser consideradas, já que Santana do Livramento é uma cidade dentre os 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul e a cidade de Rivera é a capital do departamento. A cidade uruguaia tem recursos e atribuições de planejamento urbano e territorial que dependem mais especificamente da capital nacional. Esse cenário é diferente em Santana do Livramento, que tem influência de legislações mais amplas e elaboradas, oriundas de várias instâncias brasileiras, que abrangem as esferas federal, estadual e municipal (Struminski, 2015).

Em 1994, estabeleceu-se o Comitê de Fronteira Livramento-Rivera, a fim de criar um plano de desenvolvimento integrado entre as cidades e, em 1998, elaborou-se um Plano Diretor Conjunto. O plano previa considerar costumes, usos, atividades, vínculos sociais e familiares que são representativos desta região de fronteira. São dinâmicas que estão imbricadas no cotidiano dos moradores, uma vez que são atividades próprias que estão presentes nas programações de rádio e televisão, nas músicas, nos jornais, no ensino bilíngue nas escolas, na aceitação de ambas as moedas nos estabelecimentos locais, entre outras (Struminski, 2015).

Essas relações simbolizam um tipo de cultura que é característica desse território. O autor Silva (2021, p. 12) aponta que, de modo simplificado, “a cultura é um conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de uma sociedade, um grupo étnico ou civilizado”. Essas manifestações podem ser músicas, rituais religiosos, língua falada ou escrita, hábitos alimentares, arquitetura, invenções, formas de organização social entre outras. Cabe ressaltar que todos esses fatores que delineiam uma cultura não são fixos e imutáveis, mas estão em constante transformação ao longo do tempo e das gerações. Por isso, é importante reconhecer que a cultura é um processo dinâmico, a cultura é viva e está em diálogo constante com o meio físico e social (Silva, 2021).

O Plano Diretor Urbano Conjunto propunha, de forma integrada, o planejamento urbano de Santana do Livramento e Rivera, considerando as competências cabíveis de cada território. A gestão territorial e ambiental contou com a participação de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países, da Intendência de Rivera, do Governo Estadual do Rio Grande do Sul e da Prefeitura Municipal de Santana do Livramento. No ano de 1997, realizou-se um diagnóstico inicial a partir de quatro eixos principais: ordenamento territorial, infraestrutura física (transportes), meio ambiente e aspectos sociais e culturais (Del Campo *et al.*, 1998, *apud* Struminski, 2015).

No que se refere à vinculação do espaço territorial como forma de representação, expressão cultural e apropriação de elementos característicos da região da fronteira, identificaram-se no plano espaços passíveis de integração, como a Praça Internacional e a própria linha divisória.

Também se destacaram o reconhecimento e a valorização dos marcos limítrofes e dos patrimônios culturais que representam a memória coletiva dos países. Outro fator relevante diz respeito ao reconhecimento das relações comerciais, principalmente com a instalação de *free shops* no lado uruguai, pois abarcam um conjunto de atividades que fomentam a economia da região, principalmente nos setores do turismo, da hotelaria e da gastronomia (Struminski, 2015).

No tocante aos planos individuais das cidades, o Plano Diretor Participativo (Prefeitura de Santana do Livramento, 2006) aponta a importância da Integração Regional, incluindo os municípios do Pampa Gaúcho, da Fronteira-Oeste e da Campanha, além do Departamento de Rivera e demais departamentos adjacentes. A linha de fronteira binacional apresenta uma grande extensão, o que exige uma atenção especial e uma visão integradora em relação a futuras intervenções, uma vez que é preciso levar em consideração as similaridades e as relações entre as nações, abarcando temas variados como turismo, saúde, habitação, meio ambiente, entre outros (Struminski, 2015).

No *Plan de Desarollo y Ordenamiento Territorial de la Microrregión de Rivera* (Intendencia Departamental de Rivera, 2010), um dos pontos de destaque se refere ao item “Rivera Integrada ao Uruguai e ao Brasil”, que tem o objetivo de implementar programas e projetos na fronteira, sobretudo na denominada *La Línea*. Assim sendo, faz-se necessário firmar acordos entre as duas nações. No entanto, enquanto isso não se efetiva devido às restrições burocráticas, a Intendencia de Rivera se volta para demandas mais urgentes, especialmente aquelas que favorecem as paisagens dos cerros e do traçado da cidade, para que, futuramente, essas ações possam auxiliar em estratégias planejadas de forma conjunta.

MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Realizou-se um levantamento bibliográfico de materiais que apresentam a formação da fronteira Brasil-Uruguai, bem como as especificidades decorrentes do desenvolvimento urbano das cidades de Santana do Livramento e Rivera, considerando as relações políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse aspecto, destacam-se dois livros: *Brasil e Uruguai,*

fronteiras e limites, de Edson Struminski (2015), e *Sant’Ana do Livramento 1823: Retentiva a Ivo Caggiani*, de Carlos Alberto Potoko (2013). Consultou-se também o acervo físico do *Museo del Patrimonio Regional de Rivera*, o que possibilitou o acesso a outros documentos e fotografias referentes às cidades estudadas.

Utilizaram-se ainda outros materiais de consulta para o entendimento e a definição de fronteira e de limite (Pucci, 2010; Caggiani 1983; Martin, 1998) e para a definição do conceito de borda (Fuão, 2019; Arroyo, 2007), com o propósito de apresentar outras perspectivas desses espaços limítrofes. Consultaram-se os planos diretores de ambas as cidades para identificar como se entendem e se planejam os espaços da fronteira, verificando a pertinência de projetos atribuídos a esses territórios (Prefeitura de Santana do Livramento, 2006; Intendencia Departamental de Rivera, 2010).

Além do levantamento bibliográfico, adotou-se a Pedagogia da Viagem (Rocha *et al.*, 2017), que implica na imersão nos objetos de estudo. A proposta consiste na realização de um trabalho de campo que busque explorar as brechas e as ranhuras que abarcam um território, e não necessariamente percorrer os lugares mais movimentados e turísticos. É importante adentrar em caminhos menos visitados, lugares desconhecidos, a fim de investigar um território a partir de perspectivas distintas que tenham grande potencial para possíveis descobertas.

A Pedagogia da Viagem compreende três etapas principais: *o antes, o durante e o depois* da viagem. A primeira parte envolve a preparação da viagem: realizar a programação; arrumar as malas; separar os equipamentos; agendar a hospedagem; entre outras funções. A segunda parte envolve o momento da viagem: isso requer uma abertura para vivenciar os acontecimentos durante a própria experiência; é preciso entender que serão vivenciados diversos atravessamentos, mas que parte dessas apreensões serão carregadas e outras deixadas pelo caminho. Por fim, tem-se a terceira etapa, que diz respeito ao retorno para casa: desfazer toda a “bagagem” acumulada da experiência de campo (Rocha *et al.*, 2017).

Apesar de haver uma programação prévia à viagem, na qual se realiza o planejamento das atividades, as descobertas e os encontros pelo caminho são imprevisíveis. Derrida (2012)

comenta que um acontecimento propriamente dito é disruptivo e singular, logo não é possível “pré-ver” o que vai acontecer. Quando já se sabe que algo vai acontecer é porque, de certo modo, o fato já foi neutralizado e, por isso, fica suscetível de ser administrado.

Diante de um cenário imprevisível e inesperado, é importante que as impressões em campo não sejam perdidas no decorrer da experiência. Portanto, adota-se o Diário de Campo, que requer um lápis e um caderno, como uma ferramenta potente de registro imediato das apreensões em um determinado território. Esses registros podem ser feitos por meio de escritas, desenhos, rabiscos ou outras formas de expressão, que auxiliam em transformar registros de experiências vividas em modos de produção do conhecimento. Bergson (2010) comenta que a percepção instantânea capturada inconscientemente é bem mais vasta e completa do que uma percepção feita conscientemente pelo ser humano, já que esta última é atingida de forma fragmentada e, muitas vezes, ocorre uma espécie de “seleção” do que é julgado como essencial diante dos acontecimentos experienciados.

Reconhecendo a importância da imersão nos objetos de estudo para capturar as diferentes apreensões em um território, propôs-se o trabalho de campo nas cidades de Santana do Livramento e Rivera, entre os dias 09 e 14 de dezembro de 2023³. Percorreram-se os trajetos caminhando, entendendo a importância de investigar um território de perto e de dentro.

FRONTEIRA PARA ALÉM DA DELIMITAÇÃO TERRITORIAL: SER FRONTEIRIÇO É UM MODO DE VIDA

O território de fronteira envolve mais do que reduzir um espaço a limites e demarcações entre áreas distintas, pois compreende um conjunto de elementos que lhe são inerentes. Conforme consta no Plano Diretor Participativo de Santana do Livramento (2006), criou-se uma Zona Especial de Faixa de Fronteira (ZEFF) que definiu determinadas áreas urbanas ao longo da linha

³ O trabalho de campo foi realizado por Vanessa Forneck como parte do desenvolvimento da pesquisa de doutorado em andamento (2022-2026), sob orientação de Manoel Rodrigues Alves. Ressalta-se que a doutoranda realizou outras pesquisas na fronteira Brasil-Uruguai nos anos de 2016 e 2018, durante a graduação, e em 2019, durante o mestrado. Para saber mais sobre esses projetos, acesse: <https://paraformalnafronte.wixsite.com/fronteira/para-formal->, <https://wp.ufpel.edu.br/travessias/> e Forneck (2019).

divisória. Essas zonas se destacam, pois demandam um tratamento urbanístico e paisagístico diferenciado de outras regiões, uma vez que envolvem a aprovação de projetos pelo Conselho de Planejamento da Cidade (Brasil) e pela Intendencia de Rivera (Uruguai).

Um desses casos se refere à Praça Internacional, também denominada Parque Internacional, que foi construída por ambas as cidades. A praça é um espaço de lazer que simboliza a união entre os moradores de Santana do Livramento e Rivera. A linha divisória passa no meio da praça, diferenciando o lado do Brasil e o lado do Uruguai, e cada cidade fica responsável pelo serviço e pela manutenção do seu lado da praça. Em um dos extremos da praça, há a presença de um marco imponente com as duas bandeiras hasteadas, sendo este um ponto de atração turística característico da fronteira. No outro extremo da praça, há um centro de visitantes que fornece informações sobre passeios na região, como turismo rural, turismo urbano, turismo termal, turismo mineiro e enoturismo (Figura 2).

Figura 2: Conjunto de fotografias apresentando o marco divisório em um dos extremos da Praça Internacional e o centro de visitantes no outro extremo da praça



Fonte: Acervo dos autores (2023)

Os autores Ilha e Palermo (2021) apontam que o Parque Internacional apresenta uma multiplicidade de usos e apropriações que torna desafiador gerenciar mutuamente esse espaço em decorrência de tratativas distintas na escala binacional. O parque foi inaugurado em 1943, justamente em um período em que ocorria a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Logo o acontecimento foi uma forma de comunicar abertamente que os países dessa fronteira escolheram a paz, ao invés de seguir o caminho do conflito e da guerra.

Nas laterais da Praça Internacional, tanto no lado brasileiro quanto no lado uruguai, localizam-se trailers que vendem lanches e também algumas barracas que vendem produtos artesanais estampando as bandeiras do Brasil e do Uruguai. Outra prática que ocorre nesse espaço de borda é o câmbio de dinheiro, que fica entre a praça e a rua que vai em direção aos *free shops*. Nessa área, há uma grande circulação de trabalhadores brasileiros e uruguaios que se apropriam desse espaço comum, como também de turistas que visitam a região e compram mercadorias (Figura 3).

18^º SHCU

SEMINÁRIO DE
HISTÓRIA DA CIDADE
E DO URBANISMO

HORIZONTES (IM)POSSÍVEIS

NATAL / RN
10-14 NOV. 2024

Figura 3: Conjunto de fotografias das atividades e dinâmicas urbanas junto à Praça Internacional



Fonte: Acervo dos autores (2023)

Além do Parque Internacional, que teve como iniciativa promover um espaço de integração entre os dois países, o Teatro de Verão, localizado no Cerro do Marco (Figura 4), também foi

construído com esse propósito. Este espaço conta com um anfiteatro, um campo esportivo elevado, um palco para apresentações, área para prática de skate, banheiros públicos e outras melhorias de acesso ao cerro. A obra foi inaugurada em 26 de fevereiro de 2022, com financiamento proveniente da Administração Departamental de Rivera, e teve como objetivo resgatar espaços que fazem parte da identidade e da cultura dos fronteiriços⁴.

Figura 4: Conjunto de fotografias do Teatro de Verão no Cerro do Marco, localizado na linha divisória da fronteira Brasil-Uruguay



Fonte: Acervo dos autores (2023)

A intervenção urbana e arquitetônica na linha divisória considerou os diferentes níveis do terreno para criar espaços coletivos até chegar ao topo do cerro, onde está localizado o *Marco Divisório de Frontera 42-I*. Durante o trabalho de campo, estava acontecendo uma atividade escolar no local. Um grupo de estudantes de uma escola bilíngue participava de algumas dinâmicas, sob supervisão de professoras que se comunicavam com eles em inglês. Apesar de,

⁴ Informações disponibilizadas no site da Intendencia de Rivera: <https://www.rivera.gub.uy/portal/anfiteatro-cerro-del-marco/>.

nesse caso, a língua falada ter sido o inglês, tanto o português como o espanhol são muito comuns nas escolas da fronteira, conforme relatado por uma das professoras e também por outros moradores da fronteira. O ensino das duas cidades é integrado: os moradores brasileiros podem estudar em escolas uruguaias e vice-versa. Struminski (2015) aponta que, nessa região, é muito comum a mescla do português e do espanhol, conhecida por “portunhol”, que é uma fusão linguística na qual se cria um dialeto que corrobora a relação mútua em territórios de fronteira.

Não é só a relação do idioma que se destaca nessa fronteira, mas também a potência das relações sociais e afetivas. Há experiências de casamentos binacionais que constituem famílias fronteiriças, que, de certo modo, fortalecem a integração entre os países (Bento, 2013). Um morador da fronteira comentou que, quando um dos pais é brasileiro e o outro uruguai, a criança que nasce dessa relação é denominada “Doble Chapa”, pois apresenta dupla nacionalidade.

Dorfman (2008) aponta que, nessa fronteira, pode haver uma negociação da nacionalidade, ou seja, ela não é algo determinante. O nascimento de uma pessoa em Rivera ou em Santana do Livramento, não define sua nacionalidade como uruguaia e brasileira respectivamente, pois o referencial legal de nacionalidade permite registro e obtenção de dupla nacionalidade. Para os cidadãos fronteiriços, a nacionalidade pode ser relativizada, pois envolve valores de pertencimento e compartilhamento de tradições. Por esse motivo, um morador dessa fronteira pode ser reconhecido como brasileiro e uruguai.

A linha que divide as duas cidades é diariamente ultrapassada pelos moradores. A fronteira é o espaço “onde não reina o caos, mas a autoridade do controle social, diplomacia popular, que não nega, mas ajuda a sustentar a diplomacia social e o controle policial” (Bento, 2013, p. 71). Viver na fronteira Brasil-Uruguay não significa perder a identidade uruguaia ou brasileira, mas criar uma identidade típica: a fronteiriça, a binacional. Nessa fronteira, há uma interação cotidiana, um espaço de permanentes trocas entre diferentes pessoas, onde as diferenças são entendidas como possibilidade de crescimento e vantagem mútua (Bento, 2013).

A relação comercial é outro ponto de extrema relevância, pois as práticas de comercialização de mercadorias, tanto legais quanto ilegais, fazem parte da formação desse território. Os dois povoados sempre se beneficiaram com o contrabando, devido às consequências das oscilações comerciais, em virtude de eventuais crises econômicas. Por exemplo, no auge do setor da pecuária na cidade de Santana do Livramento, a cidade uruguaia investiu em avanços tecnológicos no processo saladeiril, por exemplo, com a introdução da máquina a vapor, o que beneficiou a cidade brasileira e promoveu o crescimento e a exportação de sua produção (Miranda, 2000).

Outras mercadorias oriundas da Europa também tinham acesso, por Montevidéu, à região da fronteira. A relação constante de importação e exportação de mercadorias fez com que outras cidades do Rio Grande do Sul se sentissem em desvantagem e solicitassem, ao Ministério da Fazenda, a implantação de medidas para limitar a expedição de guias emitidas pelos fiscais da fronteira, obrigando o despacho de mercadorias pelo Porto de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Porém, havia uma série de situações que dificultavam optar por esse destino: as transações eram pouco lucrativas; os fretes, caros; as viagens, demoradas; e ainda era frequente o extravio de mercadorias.

Logo, o contrabando era o caminho mais vantajoso, pois se cruzava facilmente a fronteira por Rivera para levar a mercadoria até o Porto de Montevidéu (Caggiani, 1983). Assim, entende-se que a relação comercial está fortemente vinculada aos costumes e às práticas fronteiriças, sendo que a integração entre Brasil e Uruguai apresenta diferentes escalas e alcança perspectivas variadas, refletidas nas ações cotidianas dos moradores da fronteira.

Durante o trabalho de campo, também foi possível observar, em diversos estabelecimentos, formas de criar uma vinculação entre os dois países, por exemplo, por meio dos letreiros expostos nas fachadas dos prédios, dos nomes dos estabelecimentos, ou ainda, do tipo de produto comercializado. Isso pode representar, de certa maneira, uma visão que os fronteiriços têm desse território: países integrados, imbricados, cujo vínculo é indissociável (Figura 5).

Figura 5: Conjunto de fotografias de comércios e serviços que reforçam os vínculos entre Brasil e Uruguai



Fonte: Acervo dos autores (2023)

Na figura 5, vê-se uma floricultura chamada “Brasil Flores”, localizada na cidade de Rivera, no cruzamento da Avenida Brasil com a Rua Uruguai. A fachada da edificação na cor verde remete às cores da bandeira do Brasil, e as informações que constam nas placas estão em espanhol. Assim, há uma mescla entre a identidade brasileira (por meio do nome da loja e da cor da fachada) e a uruguaia (por meio do idioma).

Outro estabelecimento situado em Rivera que utiliza a cor verde se denomina “Brasil Free Shop”. Tanto nele como em outros, trabalham brasileiros e o Real (moeda brasileira) é aceito para a compra de mercadorias. Percebe-se também que há uma abertura em relação às questões para empreender no país vizinho. Bento (2013) comenta que brasileiros e uruguaios abrem estabelecimentos nos dois lados da fronteira, o que, de certa forma, indica uma situação de interdependência econômica entre as duas cidades fronteiriças.

No conjunto de fotografias da figura 5, vê-se o “Hotel Uruguay Brasil”, cujo nome é uma forma de passar uma “mensagem” para o hóspede reforçando a ideia de que há uma relação amistosa entre os países e de que o local acolhe quem vem de fora. Isso é importante porque a maioria dos turistas que vão fazer compras em Rivera são brasileiros, uma vez que, como reforça Pucci (2010), os *free shops* movimentam a economia local devido à redução ou à isenção de impostos nas mercadorias.

Os espaços urbanos de integração binacional ou as apropriações das identidades expressas nos comércios e nos serviços são formas de identificar uma conexão existente entre as práticas socioespaciais na fronteira. A proposta de criar espaços integrados busca trazer vida à linha divisória, a fim de promover encontros e atividades variadas. Não se trata de uma linha rígida e inflexível pautada em acordos jurídicos, mas de uma fronteira porosa que permite a fluidez.

A interdependência da economia de Santana do Livramento e Rivera também fica evidente no planejamento conjunto de um roteiro turístico por ambas as cidades, intitulado “City Tour Binacional Riveramento”, união dos nomes das cidades Rivera e Livramento, conforme indicado no cartaz de divulgação no Centro de Visitantes. Essa proposta evidencia e reconhece a potencialidade que cada país pode oferecer ao visitante e planeja atividades para a região de forma integrada, assim ambos são beneficiados com essa parceria.

É preciso reconhecer que a fronteira Brasil-Uruguai passou por períodos de conflito e de disputa territorial, mas que esse processo foi se reconfigurando e se transformando ao longo dos anos para que esse território se tornasse mais aberto e integrado. A comunidade de cada país se fortaleceu diante das adversidades e estabeleceu uma comunicação direta e harmoniosa com o país vizinho, inclusive, às vezes, até mais próxima do que com as cidades do próprio país.

A construção dessa fronteira foi se constituindo com base em costumes, hábitos e práticas que lhe são característicos, corroborando a formação de uma cultura própria. Para além de uma identidade brasileira ou uruguaia, existe uma identidade fronteiriça. Os significados desse espaço não podem ser vistos apenas por perspectivas funcionais e econômicas, mas

também por vínculos criados a partir dessas relações. Existe uma forma de planejar e vivenciar a fronteira como um território único, que borra suas bordas diariamente, uma vez que tanto as apropriações de costumes, de hábitos e de práticas no espaço urbano quanto as apropriações do próprio espaço urbano ocorrem de forma imbricada, sendo difícil dissociar os laços entre brasileiros e uruguaios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento de fronteira está longe de ser algo arbitrário e imutável. Cada fronteira possui suas especificidades e pode ser entendida de modo mais aberto ou mais restritivo. As relações econômicas, políticas, sociais e culturais que formaram a fronteira Brasil-Uruguay foram se transformando ao longo dos anos. Esse processo subverteu um pensamento obsoleto de “um país contra o outro” e levou a uma tentativa de estabelecer um caminho de parceria e colaboração entre as duas nacionalidades.

Associar o território dessa fronteira a uma só comunidade é uma maneira de reconhecer que cada cidade possui suas especificidades, mas que os pontos de convergência se sobressaem. A comunicação entre as cidades ocorre horizontalmente, facilitando a criação de medidas para fomentar a integração de espaços em comum, como as dinâmicas sociais que acontecem na Praça Internacional e no Teatro de Verão, junto à linha divisória. São espaços pensados para promover diferentes formas de apropriação urbana, mas que evidenciam, sobretudo, a vinculação entre os dois países e a potência desses espaços como símbolo de união e fraternidade.

A linha divisória é uma linha movente que promove oscilações e possibilita atravessamentos que pulsam. Situar-se na fronteira é borrar os limites estabelecidos entre os territórios, ultrapassar barreiras e vivenciar um espaço que promove trocas e encontros entre diferentes pessoas. Essa é uma fronteira que potencializa e valoriza a construção de uma cultura própria: uma cultura fronteiriça, em que é impossível a indissociação entre as comunidades, uma vez que os laços são cada vez mais fortalecidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Manoel Rodrigues. **Cidade Contemporânea: questões conceituais de conformação de sua espacialidade.** Revista Tópos, Presidente Prudente, v.1, n.2, 2007, pp. 29-57.

ALVES, Manoel Rodrigues. **Transformações Culturais e Contradições Urbanas do Espaço Público Contemporâneo.** Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos, São Paulo, v.11, n. 19, 2014, pp. 470-497.

ARROYO, Julio. **Bordas e espaço público. Fronteiras internas na cidade contemporânea.** Vitruvius, Arquitextos, São Paulo, ano 07, n. 081.02, 2007.

BENTO, Fábio Régio. **Cidades de fronteira e integração Sul-americana.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BERGSON, Henri. **Materia e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

CAGGIANI, Ivo. **Sant'Ana do Livramento – 150 Anos de História.** Santana do Livramento: Edição da Associação Santanense Pró-ensino Superior - ASPES, 1983.

DERRIDA, Jacques. **Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível (1979-2004).** Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

DORFMAN, Adriana. **Nacionalidade doble-chapa: novas identidades na fronteira Brasil-Uruguai.** In: [HEIDRICH, Alvaro Luiz et al.]. A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre, 2008, pp. 241-270.

FORNECK, Vanessa. **Abandono de Estações Férreas: cartografia sensível na Fronteira Brasil-Uruguay.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2021.

FUÃO, Fernando. **O que é uma borda?** 2019. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2019/09/o-que-e-uma-borda-fernando-fuao-uma.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ILHA, Andréa L. Hamilton; PALERMO, Eduardo R. **O Parque–Plaza Internacional A Fronteira Urbana e Emocional.** UIA 2021 RIO: 27th World Congress of Architects. Papers: Volume III, 2021, pp. 1528-1533.

INTENDÊNCIA DEPARTAMENTAL DE RIVERA. **Plan de Desarollo y Ordenamiento Territorial de la Microrregión de Rivera.** Disponível em: <https://www.rivera.gub.uy/portal/>. Acesso em: 12 abril 2024.

MARTIN, André Roberto. **Fronteira e Nações.** São Paulo: Contexto, 1998.

MARTINS, Roberto Duarte **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão.** Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universitat Politècnica de Catalunya. Espanha, 2001.

MIRANDA, Wilson Marcelino. **Arquitetura e Urbanismo na Fronteira Brasil/Uruguai. Espaço comercial construído em Jaguarão/Rio Branco (1800-1940).** Tese (Doutorado em Integração Regional) – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2000.

POTOKO, Carlos Alberto. **Sant'Ana do Livramento 1823: Retentiva a Ivo Caggiani.** Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

PREFEITURA DE SANTANA DO LIVRAMENTO. **Plano Diretor Participativo.** 2006. Disponível em: <https://www.sdolivramento.com.br/nonaccs/painel/leis/102.pdf>. Acesso em: 13 abril 2024.

PUCCI, Adriano Silva. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai.** Brasília: FUNAG, 2010.

ROCHA, Eduardo; AZEVEDO, Laura Novo de; ALLEMAND, Débora Souto; HYPOLITO, Bárbara de Bárbara; TOMIELLO, Fernanda. **Cross-Cult: Desenho Urbano/Urban Design – Pelotas/RS e Oxford/UK.** Pelotas: UFPel, 2017.

SILVA, Filipe Dias dos Santos. **Manifestações culturais populares.** Salvador: UFBA, 2021.

STRUMINSKI, Edson. **Brasil e Uruguai, fronteiras e limites.** Ilhéus: Editus, 2015.